ANO XXIII • Nº 1130 • 17 A 23 DE AGOSTO DE 2015 • www.sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

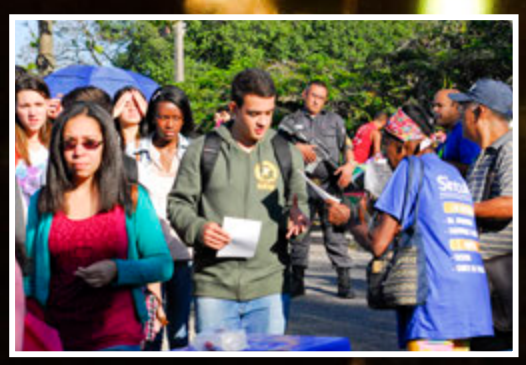
www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Reitoria amanhece de portas fechadas

Greve na UFRJ segue forte até a vitória!

Em protesto ao recuo do governo na mesa de negociação a itens da pauta específica e na defesa do respeito à decisão dos órgãos colegiados em suspender o calendário acadêmico e administrativo da UFRJ até o encerramento das greves dos técnicos-administrativos, professores e estudantes, o Comando Local de Greve (CLG) do Sintufrj realizou, na madrugada de quinta-feira, dia 13, mais uma ação de fechamento do prédio da Reitoria seguida de ato. Às 9h30, os trabalhadores ocuparam a sessão do Conselho Universitário.



No dia anterior, o CLG/Sintufrj deu as boas-vindas aos milhares de estudantes e professores do ensino médio de escolas públicas e particulares em visita à UFRJ. Os técnicos-administrativos conversaram com os futuros universitários sobre as razões da greve dos três segmentos na instituição e distribuíram panfletos que listavam os problemas enfrentados pela universidade por conta dos cortes no orçamento para a Educação.

Saiba mais sobre a greve nas *Páginas 2, 3, 4, 5 e 6*

Assembleia geral

Segunda-feira, dia 17, às 13h, no hall da Reitoria

DOIS PONTOS

Calendário de atividades da greve

Segunda-feira, dia 17

Às 9h, reunião do Comando Local de Greve (CLG)/Sintufrj, no Espaço Cultural do Sintufrj.
Às 13h, assembleia geral no hall da Reitoria.

Terça-feira, dia 18

Ato dos Servidores Públicos Federais nos Estados. Das 10h às 16h: "Greve na Praça", na Cinelândia, Centro do Rio.
A partir das 16h, caminhada até o Ministério da Fazenda.

Quarta-feira, dia 19

Às 14h, Fórum (Im) Permanente de greve na Casa da Ciência realiza debate sobre o tema "Horizontalidades, transversalidades: inventando novas geografias no ambiente de trabalho". Debatedores: Monica Atalla, pedagoga da Casa da Ciência; Gustavo Cravo e Rita Cavaliere, técnicos em assuntos educacionais da PR-4; Evandro Ouriques, professor da Escola de Comunicação; Gabryel Henrici, representante do DCE da UFRJ e Terezinha Costa, dirigente da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ.
Às 18h, plenária unificada das categorias do funcionalismo federal em greve no Sindipetro.

CLG/Sintufrj realiza reunião na Biologia

Na terça-feira, dia 11, o Comando Local de Greve (CLG)/Sintufrj se reuniu com os trabalhadores do Instituto de Biologia, na copa da unidade, das 8h às 10h30. O principal assunto foi a greve da categoria, quando foram dados informes sobre o atual estágio das negociações que estão ocorrendo em Brasília da pauta específica da Fasubra e da unificada dos SPFs com o governo.

Sobre o Grêmio da Biologia, a reunião deliberou pela criação de uma comissão que se encarregará de resgatar o histórico da construção da área de lazer e da luta pela retomada da obra de reconstrução do local.

Em relação ao Regimento Interno do IB, ficou acertado que os trabalhadores criarão uma comunidade on line para receber as propostas, que serão analisadas em reunião, com a participação do Sintufrj, após a greve da categoria.

Foto: Renan Silva

Ipub completa 77 anos com déficit de pessoal

No dia 7 de agosto o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub) completou 77 anos. A unidade foi criada pelo Decreto-Lei 591, de 3 de agosto de 1938, que transferiu o Instituto de Psicopatologia e Assistência a Psicopatas para a Universidade do Brasil. Na década seguinte nascia o que é hoje o Ipub.

"O Ipub vem ao longo dos seus 77 anos desempenhando um papel fundamental para o avanço da psiquiatria e da saúde mental em nosso país. Temos sido pioneiros em uma série de projetos em várias áreas deste campo, desde projetos translacionais a projetos de políticas públicas do campo da saúde mental", ressalta a diretora Maria Tavares Cavalcanti.

Foto: Renan Silva

Formação e assistência

De acordo com a diretora, o instituto tem formado grande parte dos profissionais que atuam na psiquiatria e na saúde mental, incluindo médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais etc: "Temos uma pós-graduação muito potente, tanto em relação aos cursos de especialização como de residência médica e multiprofissional, mestrado e doutorado. E no próximo ano iniciaremos o mestrado profissional em atenção psicossocial, que foi recentemente aprovado pela Capes. Estamos na fase final também de aprovação de um curso de graduação em musicoterapia", informou.

Em relação a assistência, o Ipub faz parte da rede de assistência psiquiátrica e de saúde mental pública do município do Rio de Janeiro, com serviços para crianças, adolescentes, adultos e idosos, incluindo assistência ambulatorial em regime de hospital-dia e internação.

Dificuldades

"As maiores dificuldades que temos hoje são de pessoal e de financiamento. Temos muitos profissionais se aposentando ou em vias de se aposentar sem agilidade necessária na reposição, que depende da realização de concursos, e um subfinanciamento para as reais necessidades do instituto. Isso sem falar na expansão que seria necessária com a ampliação do nosso setor de álcool e outras drogas, incluindo um consultório de rua, transformação do nosso hospital-dia em CAPS 3 etc.", declarou Maria Tavares.

A situação dos extraquadro e a terceirização são outras preocupações da direção. A falta de solução acaba por prejudicar o trabalho do Ipub. "Temos ainda em nosso quadro funcionários extraquadro cuja situação irregular tem que ser resolvida, e o problema das firmas terceirizadas, cujos funcionários muitas vezes não são pagos e que também não têm a vinculação visceral com a instituição, o que acaba prejudicando o trabalho tão delicado que é este de nosso Instituto", lamenta a diretora.

Marcha das Margaridas reúne 100 mil pessoas

Foto: Fasubra

A 5ª edição da Marcha das Margaridas reuniu trabalhadoras do campo de todo o Brasil e mobilizou cerca de 100 mil pessoas em Brasília no dia 12 de agosto. O objetivo do protesto foi chamar a atenção para a luta pela reforma agrária, soberania alimentar, igualdade de direitos e o fim da violência contra a mulher. A marcha é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Neste ano, a organização incluiu na pauta a defesa da democracia, rechaçando as tentativas de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra participou da marcha.

Pela manhã as trabalhadoras do campo protestaram com caminhada na Esplanada dos Ministérios e ao final do ato reuniram-se em torno do Congresso Nacional. A palavra de ordem era "Não vai ter golpe". Uma das lideranças do evento, Maria Rita Fernandes, afirmou que a ideia era expressar apoio a Dilma diante das ações da oposição para derrubá-la da presidência. "Eu acredito na capacidade política e na civilização do povo. Há 12 anos, a gente sofria muito, sequer tinha alimento. Viajamos 3,4 mil quilômetros até aqui não por acaso. Foi para colocar nossos ideais", disse em referência à época que o Brasil era comandado pelo governo tucano.

A presidente Dilma Rousseff anunciou, na cerimônia de encerramento da 5ª Marcha das Margaridas, no estádio Mané Garrincha, a criação de patrulhas rurais para combater a violência contra a mulher no campo. Dilma disse que o governo terá "tolerância zero" contra esse tipo de violência. O combate à violência contra as mulheres é uma das principais reivindicações das trabalhadoras da Marcha das Margaridas. O movimento foi inspirado na sindicalista paraibana Margarida Maria Alves, assassinada há 32 anos na frente do marido e dos filhos por um matador de aluguel.

Jornal do Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Rafael Coletto Cardoso, Milton Sérgio Santos Madeira e Rodrigo Araújo de Mello / **Conselho Editorial:** Coordenação-Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** Amag / **Reportagem**: Amag, Eac e Regina Rocha / **Estagiários**: Daniel Victor / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto, Jamil Malafaia e Edilson Soares / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 8 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical
Correspondência: aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** (21) 2260-9343. **Tel.:** (21) 3194-7100 **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100

ASSEMBLEIA

Greve continua e pressão deve aumentar

Nova assembleia dia 17, segunda-feira, às 13h, no hall da Reitoria

Foto: Renan Silva

ASSEMBLEIA vota por unanimidade pela continuidade da greve

A assembleia geral dos técnicos-administrativos da UFRJ, realizada dia 11, no auditório do Quinhentão, deliberou, por unanimidade, pela continuidade da greve.

A assembleia decidiu também que o Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra faça um debate sobre as possíveis contrapropostas do governo e as remeta para discussão nas bases.

Avaliações

Com mais de 70 dias de greve, os trabalhadores querem arrancar do governo uma contraproposta que satisfaça as principais reivindicações da pauta específica relacionadas ao aprimoramento da carreira, além de um reajuste não parcelado. Para tanto, a avaliação geral é a de que o movimento tem que pressionar mais o governo.

Nas avaliações apresentadas na assembleia, foi consenso que as pressões feitas em Brasília, com a caravana e os atos realizados nos dias 5 e 6, fizeram com que o governo sentasse para conversar com o CNG/Fasubra. Um destaque nas falações foi a participação dos caravaneiros da Fasubra nas manifestações, principalmente os aposentados, que estiveram presentes em todas as atividades: nas marchas dos servidores públicos federais e nas pressões em frente aos ministérios.

Apesar do consenso em relação ao aumento da pressão do movimento, as opiniões divergem sobre a condução das negociações com o governo.

Segundo Valdenise Pinheiro, do Instituto de Matemática, o Fórum dos Servidores Públicos Federais elaborou uma contraproposta de 19% a serem pagos de uma vez só, o que considera um erro: "É um equívoco apresentar qualquer proposta rebaixada no momento em que a greve se mantém forte. Temos de construir a unificação das lutas e manter a pauta de reivindicações".

Já o coordenador do Sintufrj Rogério Batista avaliou que a unificação da luta é só discurso: "Três entidades do serviço público já aceitaram o parcelamento proposto pelo governo. Essa unificação não existe".

O coordenador do Sindicato Rafael Coletto defendeu: "Precisamos aumentar a radicalização da greve e não permitir que as aulas sejam retomadas".

Para o dirigente, existe uma falsa polêmica sobre fortalecer o movimento unificado de greve ou optar pela pauta específica da Fasubra: "Vamos ter de fazer os dois e negociar. É assim que se faz greve. E quanto mais forte for nosso movimento na rua, melhor será a negociação pra gente. O governo só entende com pressão".

Felipe Teles, da Escola de Comunicação, chamou a categoria à união e para a participação nas ações de greve à radicalização: "Nossa greve já está cansada, é verdade, e vivemos um paradoxo. Parece que o movimento grevista das outras categorias está tomando força justamente agora que nós estamos cansando. Mas a greve só funciona com movimento de massas. A gente só consegue fazer pressão com muita gente e se for representativo de uma categoria. E nossa categoria é muito grande. Só conseguiremos alcançar o reajuste que queremos, seja ele 27% ou outro que nos apeteça, com um grande número de pessoas, com a massa na rua, mostrando força, apesar de já estarmos cansados. Só com pressão conseguiremos algo. O governo acenará com mudança de postura a partir de nossa mudança de postura. O agosto vermelho da Fasubra significa que precisamos radicalizar nossos atos. A hora é agora".

Rodrigo Martins, da Escola de Serviço Social, fez uma reflexão sobre o processo de negociação: "Temos de ter calma e ser racionais. E acho que particularmente a Fasubra se equivocou em não ter mais calma para pensar na contraproposta do Fórum Nacional dos SPFs. Participamos de uma greve unificada, e o índice de 27% não é proposta da Fasubra, é do Fórum. O governo negou e apresentou os 21% parcelados em quatro anos, e quis saber da contraproposta dos SPFs, e uma equipe técnica de várias entidades montou a contraproposta de 19% em um ano. Mas o CNG da Fasubra decidiu que a proposta era ruim e a mandou para as bases com a decisão de rejeição. E as bases seguem o que o CNG coloca. Acho que foi um erro histórico dentro desta greve, mas reversível. Os SPFs ainda não fizeram uma reunião com o Planejamento".

O coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis explicou a posição da Fasubra em relação à contraproposta do Fórum dos SPFs e ao não encaminhamento da contraproposta de 19% às bases da Federação: "A Fasubra participa do Fórum, mas tem que levar para esse fórum a posição da sua categoria. É um fórum para convergir e não para impor. Qualquer contraproposta ao governo tem que nascer de uma discussão de todas as categorias no Fórum e debatida nas bases. Como isso não ocorreu, o Comando Nacional de Greve da Fasubra rejeitou a contraproposta de 19% de alguns setores do Fórum dos SPFs. Além disso, o momento não é de discussão de contrapropostas. Se estamos negociando e tem pressão sendo feita, temos de sustentar a proposta que está na mesa. E a rejeição maciça dos servidores públicos foi a relacionada aos quatro anos".

Sintufrj levará 29 delegados ao 15º Cecut

A delegação do Sintufrj que irá participar do 15º Congresso Estadual da CUT (Cecut) será composta de 29 delegados. Eles foram eleitos em assembleia geral específica realizada no dia 11 de agosto, no auditório do Quinhentão.

Duas chapas disputaram as vagas de delegados ao Cecut: a chapa 1, cujas propostas foram defendidas pelo coordenador sindical Rodrigo Araújo e Esteban Crescente, obteve 83 votos e fez 21 delegados, e a chapa 2, defendida por Neuza Luzia, obteve 31 votos com direito a 8 delegados.

O 15º Cecut será realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto, no Espaço Cultural Cantareira, em São Domingos, Niterói. Marcelo Rodrigues, dirigente da CUT-RJ que acompanhou a assembleia, enalteceu a tradição de luta dos técnicos-administrativos da UFRJ e afirmou que numa conjuntura de retrocesso e retirada de direitos é preciso reafirmar a CUT como central combativa, e o Sintufrj tem importante papel nessa batalha.

Programação

Serão três dias em que cerca de 500 delegados debaterão as teses cutistas, as conjunturas estadual e nacional, o plano de lutas para o próximo triênio, incluindo as lutas regionais. Mesas temáticas debaterão vários assuntos, entre eles a luta pela democratização da mídia e a situação econômica do país. Neste congresso também será eleita a nova direção da CUT-RJ, que obrigatoriamente deverá ter participação de 50% de homens e 50% de mulheres.

O Congresso Estadual prepara para o 10º Congresso Nacional da CUT (Concut), que será realizado entre 13 e 17 de outubro, em São Paulo. Na assembleia que definiu a delegação para o Cecut também foi definida a delegação para o Concut. O Sintufrj participará com 9 delegados, sendo 7 da chapa 1 e 2 da chapa 2. No Concut, a análise do cenário nacional e internacional vai nortear os debates.

É GREVE!

"Conhecendo as mazelas da UFRJ"

Fotos: Renan Silva

Este ano, os cerca de 14 mil estudantes do ensino médio de escolas públicas e particulares que participaram do primeiro dia do evento "Conhecendo a UFRJ", na manhã do dia 12, foram recebidos com carreata e panfletagem organizada pelo Comando Local de Greve (CLG)/Sintufrj.

A intenção dos técnicos-administrativos em educação foi informar aos futuros universitários as dificuldades pelas quais está passando a UFRJ, seus trabalhadores e alunos por conta do corte no orçamento da União para a Educação, e solicitar o apoio deles à luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Chamamento à reflexão

A ação do CLG/Sintufrj denominada de "Conhecendo as mazelas da UFRJ" conseguiu fazer o contraponto ao evento oficial, que se limita a apresentar o ensino de excelência oferecido pela universidade, assim como a pesquisa e a extensão, deixando de fora da programação os problemas enfrentados cotidianamente pela comunidade universitária: falta de vagas no alojamento, salas de aulas em condições precárias, apenas três restaurantes universitários para atender 70 mil estudantes, escassez de bolsas estudantis, trabalhadores recebendo o menor piso do funcionalismo federal...

A assembleia da categoria realizada no dia 28 de julho aprovou que o "Conhecendo a UFRJ", que é realizado pela Pró-Reitoria de Extensão e envolve técnicos-administrativos, professores e estudantes de todas as unidades acadêmicas, não seria considerado como atividade de greve.

A ação do CLG

Antes das 8h uma carreata partiu da sede do Sindicato em direção à Escola de Educação Física e Desportos, local do evento, na mesma hora em que chegavam os ônibus fretados com os estudantes do ensino médio, o que causou engarrafamento nas principais vias do campus. Policiais Militares tentaram reprimir a manifestação, mas não conseguiram.

"Sejam bem-vindos à UFRJ, mas também à luta para salvar a UFRJ da privatização."

Os manifestantes se revezavam no carro de som do Sintufrj, e a palavra de ordem mais repetida era "Hoje é dia de luta!". E o coordenador-geral do Sindicato Francisco de Assis explicava as razões pelas quais a categoria lutava: "É dia de mostrar nossa insatisfação. Você que está conhecendo a UFRJ, vai também conhecer a nossa luta em defesa da universidade e contra o corte de R$ 9 bilhões do orçamento para a Educação. Não podemos pagar a conta do ajuste fiscal". Ao mesmo tempo, eram entregues aos visitantes panfletos enumerando problemas da UFRJ.

"A vocês que vêm conhecer a UFRJ, pedimos desculpas pelas precariedades que vão encontrar. Mas vocês vão conhecer os problemas da UFRJ. E vão conhecer a nossa luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. Se a gente não lutar hoje, segundo o reitor a universidade pode fechar as portas em setembro", complementou o seu recado aos estudantes o sindicalista.

O coordenador de Educação, Cultura e Formação Sindical do Sintufrj, Paulo Marinho, argumentou sobre os prejuízos que os cortes de gastos trazem à UFRJ: "Não é essa a universidade que queremos, mas uma que atenda aos interesses da classe trabalhadora e da Nação".

Marinho criticou os que furaram a greve para trabalhar no evento e os convocou para participar do movimento. Na opinião dele, o evento era prejudicial à greve e deveria ter sido adiado: "O momento não é adequado para esse evento, porque cerca de 60% da categoria está paralisada. Além disso, os terceirizados estão sem remuneração, e é importante mostrar nossa insatisfação ao governo federal. Infelizmente não conseguimos convencer os companheiros que realizam o evento", lamentou.

O que pensam os estudantes

Eram esperados, nos dois dias do evento, 14 mil estudantes. Na manhã do dia 12, milhares de jovens do ensino médio, saídos de dezenas de ônibus que se enfileiravam nas vias do Fundão, ocupavam gramados e dependências da Escola de Educação Física e Desportos. Um espetáculo bonito a multidão de jovens chegando em animados grupos, sedentos de informações para pavimentar suas escolhas profissionais.

Stephanie Lira, 17 anos, aluna do 3º ano do ensino médio do Colégio Miguel Couto de Bangu, com o panfleto distribuído pelos manifestantes na mão, afirmou: "Ao invés de cortar, o governo deveria aumentar verbas. Senão, como vão ficar as pessoas que dependem da universidade pública?"

Thaisa Muniz, 17 anos, também aluna do Miguel Couto, criticou o corte na Educação e também os que acham que tudo está às mil maravilhas se falta até o básico, como papel higiênico nos banheiros. "Deveriam é investir e não cortar gastos", concluiu.

Ana Beatriz Araújo, 17 anos, do colégio Campos Sales, de Teresópolis, acha que o corte de verbas para a Educação é vergonhoso: "Estão certos em fazer mobilização para ver se o governo acorda e se mexe pela universidade".

Lídia Raquel Freitas, 30 anos, do curso PVS (Pré-Vestibular Social) de Queimados, disse que quer estudar na UFRJ e considera que "a universidade pública é muito importante, porque dá acesso a um ensino de qualidade a quem não tem condições financeiras, mas tem que haver investimentos do governo".

É GREVE!

Reitoria é fechada pela segunda vez pelo CLG/Sintufrj

Após a ação realizada durante a madrugada, os manifestantes realizaram ato no hall da Reitoria e participaram da sessão do Consuni para defender a manutenção da suspensão do calendário acadêmico, explicar as razões do protesto e dar informes sobre a greve

A Reitoria da UFRJ amanheceu com todas as entradas fechadas na quinta-feira, dia 13. Esta foi a segunda ação de fechamento do prédio pelo Comando Local de Greve (CLG)/ Sintufrj desde o início da greve (a primeira foi no dia 1º de julho). Dessa vez os técnicos-administrativos protestaram contra o retrocesso na mesa de negociação com o governo – em relação à reivindicação de implantação dos turnos contínuos –, contra os cortes de recursos para as universidades federais e contra os setores minoritários da UFRJ que insistem na retomada de aulas, desrespeitando o direito de greve dos técnicos-administrativos, estudantes e docentes.

A ação do CLG/Sintufrj começou por volta das 4h30. Os trabalhadores lacraram com faixas, bandeiras, cartazes, plásticos, cadeiras e mesas as quatro entradas do prédio, que abriga a Administração Central, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de Belas Artes. Somente foi permitida a entrada dos trabalhadores da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3), responsáveis pelo pagamento dos terceirizados, e dos integrantes do Conselho Universitário.

Às 8h, horário convocado para o ato no hall da Reitoria, mais técnicos-administrativos chegaram. A ação foi acompanhada desde a madrugada por uma equipe da TV Record, que mostrou, em dois telejornais, a manifestação e as reivindicações da categoria.

Os acessos ao prédio só foram abertos quando os manifestantes se dirigiram ao segundo andar, onde se realizava a sessão do Conselho Universitário.

CLG vai ao Consuni

Representantes do CLG/Sintufrj reivindicaram a palavra na sessão do colegiado para expor as razões da manifestação. O coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis explicou que o fechamento marcou a insatisfação da categoria diante do recuo do governo na mesa de negociação e também contra as pressões de integrantes de algumas unidades para a retomada do período letivo, em flagrante desrespeito aos colegiados e aos movimentos grevistas na universidade.

"O ato", disse o sindicalista, "também foi para chamar atenção da sociedade e da mídia para os problemas originados com o corte de recursos para a Educação. Precisamos parar a universidade hoje para que não seja parada em setembro (se o corte persistir), como alertou o reitor."

Déficit na instituição

O reitor Roberto Leher abriu o expediente informando que o déficit na UFRJ em 2014 foi de R$ 70 milhões e em 2015 será de cerca de R$ 65 milhões. Disse também que o orçamento previsto para 2016 foi liberado um dia antes e que seria apresentado de forma detalhada ao colegiado. Mas adiantou que teve autorização de gastos em valores semelhantes aos de 2015 e que apenas foi considerada a inflação.

'É um quadro muito delicado. Vamos tratar com mais detalhes em reunião com decanos e diretores, mas também em sessão do Consuni. Queremos discutir, de forma sistemática, o orçamento de maneira que o colegiado possa ter papel protagônico em relação às medidas que consideramos necessárias", afirmou Leher.

Calendário segue suspenso

Um conselheiro levou pedido da Congregação da Faculdade de Medicina de retomada das aulas. Um breve debate se instalou. O representante dos estudantes, Leonardo Costa, avaliou a tentativa de alguns cursos retomarem as aulas como desrespeito aos colegiados, que decidiram que as aulas só serão retomadas após o término da greve de técnicos-administrativos, professores e estudantes. O tema, segundo ele, tem que ser tratado com firmeza: "Os espaços coletivos são vitais. Já faz tempo que a decisão de uma única pessoa ditava os rumos da universidade. Agora nossas decisões são colegiadas e não podem ser desrespeitadas".

A pauta proposta não encontrou eco na sessão, porque outros conselheiros defenderam que a nota institucional divulgando a suspensão do calendário acadêmico fosse baseada em deliberações dos colegiados superiores – Conselhos Universitário, de Ensino de Graduação (CEG) e de Ensino para Pós-Graduados (CEPG) – para garantir um calendário unificado e o direito dos estudantes à greve.

O pró-reitor de Graduação, Eduardo Serra, explicou que o CEG (em sessão no dia 5, que reforçou a nota da Reitoria para garantir um calendário único) deliberou que pedidos de excepcionalidade fossem remetidos aos comandos de greve na UFRJ. Mas se alguém fosse contrário a essa deliberação do CEG poderia solicitar ao colegiado que reconsiderasse a decisão.

CNG/FASUBRA

Análise da última negociação com o MEC e MPOG

Foto: Fasubra

MESA de negociação do MEC e MPOG e o Comando Nacional de Greve/Fasubra

No dia 7 de agosto o Comando Nacional de Greve (CNG)/Fasubra reuniu-se com o secretário de Ensino Superior do MEC, Jesualdo Farias, e com o assessor de gabinete da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Vladimir Nepomuceno, para dar continuidade à negociação da pauta de reivindicações específica da categoria.

Foram discutidos todos os pontos do documento enviado pelo MEC à Fasubra relativos às negociações anteriores. De acordo com o CNG, havia questões que foram suprimidas ou não estavam claras. Uma nova reunião com a Fasubra ocorrerá entre o dia 17 e 19, quando também o governo dará sua resposta ao funcionalismo sobre o percentual de reajuste salarial.

O CNG/Fasubra cobrou, para a próxima reunião, celeridade dos órgãos do governo para que haja respostas a itens da pauta, como a Lei nº 12.772, redefinição do artigo 18 referente à estrutura de Plano de Carreiras e Cargos, que se encontra na Secretaria de Gestão Pública (Segep) e as Orientações Normativas, como a de nº 6, de 2013, que trata da insalubridade.

Jesualdo Farias remeteu alguns pontos para o MPOG, e o esforço da Fasubra foi no sentido de modificar a posição negativa do governo a alguns itens, tais como a racionalização e a capacitação.

Entre os pontos debatidos, destacaram-se:

Democratização – Há resistência por parte do governo em divulgar que o MEC é favorável a Conselhos Universitários paritários. De acordo com o secretário Jesualdo Farias, a posição é de que o processo deve se encerrar no âmbito das instituições – da autonomia universitária.

Capacitação – Há uma diferença sobre a posição anterior assumida pelo governo. Segundo Farias, hoje são quatro mil vagas para graduação e especialização. As vagas para mestrado não estariam previstas para 2016. Ele se comprometeu a encaminhar um documento detalhado ao CNG para que este faça a avaliação.

Jornada de trabalho e controle de frequência – Estava prevista reunião no dia 12 de agosto para tentar fechar a portaria referente à redução da jornada de trabalho em turnos contínuos, sem redução salarial (30 horas). Na ocasião, o secretário afirmou que, sobre o corte de ponto, o MEC sempre vai interceder para evitar o processo de retaliação ou de criminalização da luta dos trabalhadores. "O MEC é radicalmente contra todo e qualquer tipo de perseguição e discriminação dentro das instituições federais", disse Farias.

Aposentados e Ebserh – Estes são dois pontos da pauta que o governo permanece resistente a discutir. O CNG/Fasubra continuará insistindo. De acordo com Nepomuceno, assessor do MPOG, os servidores públicos são cedidos à Ebserh conforme contrato da empresa com as instituições.

Impacto financeiro será tema de reunião específica

O CNG/Fasubra reafirmou que o índice de 21,3% fracionado em quatro anos é insuficiente. "Temos que trabalhar para compensar a desigualdade que existe hoje no serviço público federal com uma pauta específica que mexa na carreira e permita uma melhoria salarial da categoria", afirmou os representantes da categoria. O step é um dos pontos que a categoria reivindica com intensidade e, de acordo com a Fasubra, terá que ser abordado pelo governo.

Vladimir Nepomuceno disse que o governo está revendo a posição em relação aos quatro anos, após a rejeição pela categoria e por todo o funcionalismo federal. E antecipou que o governo estava trabalhando com a possibilidade de um reajuste em dois anos. Mas deixou explícito que, mesmo em dois anos, o reajuste seria de 5,5% em 2016 e 5% em 2017. Segundo o CNG/Fasubra, esta é uma avaliação que o governo está discutindo e não uma proposta. As reuniões setoriais (com outras categorias do funcionalismo federal) serão encerradas no dia 14 de agosto.

Próximas reuniões

Entre os dias 17 de 19 de agosto haverá uma nova reunião do MEC e MPOG com o CNG/Fasubra, e o governo apresentará uma nova proposta de índice de reajuste e em quantas vezes ele será pago às categorias. Além disso, o governo informará de quanto dispõe para tratar da pauta específica dos técnicos-administrativos em educação. O CNG/Fasubra propôs a definição desse percentual a mais para realizar simulações, e solicitou acesso à "folha viva" – folha real implementada todos os meses para saber a posição de cada trabalhador nos padrões de vencimento e o que ele tem de incentivo à qualificação – para simular os impactos financeiros reais. "Para não ficarmos apenas com os números jogados pelo governo na mesa e podermos precisar melhor os dados, é importante termos essas informações da folha como parte do processo real de negociação", justificou o pedido o CNG/Fasubra.

O governo está disposto a negociar, caso o valor financeiro seja aplicado em step ou no piso salarial. De acordo com a Fasubra, o tensionamento agora refere-se ao valor desse montante. O CNG/Fasubra afirmou que 10,7% não resolve a vida de ninguém em dois anos, portanto, o percentual aplicado teria que ajudar a resolver a desigualdade.

Avaliação do CNG

O CNG/Fasubra avalia que, neste momento, o governo pratica uma política de tensionamento em relação aos técnicos-administrativos em educação, porque acredita que a categoria esteja empenhada em resolver a greve. Nas palavras de Nepomuceno, não faz sentido o prazo de 21 de agosto se a Lei de Diretrizes Orçamentárias não for votada até essa data. A possibilidade seria de fechar o projeto de lei após o prazo-limite, ou até mesmo em meses posteriores. Mas, segundo assessor, o governo não pretende que o prazo passe de 15 de setembro, embora não seja um tempo limitado.

Na análise do CNG/Fasubra, o governo identifica que há duas categorias com greve intensa, e uma delas seria a dos técnicos-administrativos em educação.

VIOLÊNCIA

Rio: homicídios decorrentes de intervenção policial aumentaram 39%

Com o título de "Você matou meu filho!", a Anistia Internacional divulgou no dia 3 de agosto relatório constatando aumento de 39% no número de homicídios decorrentes de intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2013 e 2014. O documento chama atenção também para o elevado índice de impunidade de policiais que cometem assassinatos.

A Anistia Internacional estima que quase 8.500 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções policiais no Rio entre 2005 e 2014. E, segundo a organização, cerca de 80% dos 220 casos de homicídios cometidos por policiais em 2011 permaneciam em aberto em 2015, e apenas um foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público.

Nada mudou

O relatório da Anistia Internacional é uma prova de que nada mudou desde a Chacina da Candelária, em 23 de julho de 1993, e da Chacina de Vigário Geral, em 29 de agosto do mesmo ano. Na primeira, 8 jovens, entre 11 e 19 anos, foram executados a tiros por homens que chegaram ao local em dois Chevettes. Pelos crimes, foram condenados três policiais militares, que recorreram das penas e conseguiram reduzir o tempo de prisão. Vingança teria sido a causa da matança dos menores, e há duas versões a respeito: meninos de rua teriam apedrejado um carro da PM no dia anterior, após a prisão de um traficante de cola no local, e atropelamento da mulher de um PM quando esta fugia de um arrastão cometido por menores.

Na segunda chacina, 21 moradores da favela Vigário Geral foram executados por cerca de 50 homens encapuzados que arrombaram casas em busca das suas vítimas. O grupo de extermínio, formado por policiais militares, teria agido em represália à morte de quatro PMs na região. Nenhum dos mortos, porém, tinha envolvimento com o crime. Após investigação, o Ministério Público denunciou 52 PMs, mas apenas sete foram condenados.

Recomendações às autoridades

A organização não governamental elaborou 10 recomendações ao governo do Estado do Rio de Janeiro, ao governo federal e demais autoridades para combater a violência policial, como: Fortalecer os programas de proteção à testemunha; Garantir que as mortes praticadas pior policiais sejam investigadas como homicídios, independente de sua classificação; Fortalecer as corregedorias de polícia; e Garantir investigações independentes e imparciais.

As cerca de 8.500 pessoas mortas citadas no relatório incluem tanto casos em que os policiais mataram para se defender dos criminosos quanto ações em que maus policiais cometeram execuções extrajudiciais, ou seja, quando decidiram assassinar suspeitos deliberadamente.

O auge das mortes foi em 2007, quando 1.330 pessoas foram assassinadas por policiais. O número de vítimas começou a cair em 2013, ocasião em que 416 pessoas morreram. Mas em 2014 o índice começou a subir, e o total de assassinatos chegou a 580. A elevação ocorreu principalmente na Baixada Fluminense. Ainda em 2014, segundo a ONG, 15% das mortes tiveram o envolvimento de agentes do Estado, o que foi considerado como muito significativo e por isso não pode ser ignorado.

Como agem os policiais para ficaram impunes

A Anistia Internacional identificou os principais elementos que contribuem para que tantos casos permaneçam em aberto:

– Maus policiais com frequência desfazem a cena do crime removendo o corpo da vítima (o trabalho de perícia no local do assassinato é essencial para a obtenção de provas).

– Policiais que cometem assassinatos ilegais por vezes tentam fraudar a cena do crime, como, por exemplo, deixando armas junto a corpos de suspeitos que estavam desarmados.

– Nem sempre a Polícia Civil envia peritos ao local do crime.

– As mortes decorrentes de intervenção policial não são investigadas pela delegacia especializada em homicídios, o que, para a Anistia, "mostra predisposição a não investigar".

– O Ministério Público falha por supostamente não exercer sua atribuição de controle externo da polícia.

– Faltaria um mecanismo para proteção de testemunhas, que deixam de dar depoimento à Justiça com medo de serem assassinadas.

Segundo a Anistia Internacional, os números de mortes por intervenção policial escondem muitos casos nos quais as vítimas não morreram em confrontos com a polícia, mas foram executadas quando já estavam subjugadas.

A organização realizou um trabalho quantitativo na favela de Acari analisando dez casos de mortes com envolvimento de policiais. Em pelo menos quatro deles a Anistia Internacional disse ter encontrado evidências de execução extrajudicial.

Estudantes protestam contra a redução da maioridade penal

Na terça-feira, 11 de agosto, data da celebração do Dia Nacional do Estudante, os jovens foram às ruas em algumas capitais do país para protestar contra a redução da maioridade penal e contra o ajuste fiscal que corta verbas da Educação.

No Rio de Janeiro, os estudantes fizeram concentração na Cinelândia e caminharam até a Lapa. A manifestação foi apoiada pelos técnicos-administrativos em educação da UFRJ e da Universidade Rural, em greve.

Tramitação da PEC

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/2003, que reduz a maioridade penal no Brasil de 18 para 16 anos, retornou à pauta da Câmara dos Deputados após o recesso parlamentar. Mas para ir à votação em segundo turno é preciso que os parlamentares votem projetos de lei que estão na frente obstruindo a pauta, como o PL antiterrorismo.

Por uma manobra escusa do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a PEC 171 foi aprovada em primeiro turno há um mês, com 323 votos favoráveis e 155 contrários, e prevê que adolescentes a partir de 16 anos possam responder, como adultos, por crimes hediondos, com exceção do tráfico de drogas. Também determina que os jovens devam ser privados de liberdade em estabelecimentos separados de adultos.

A proposta aprovada em primeiro turno causou polêmica, pois havia sido rejeitada 24 horas antes em votação no plenário.

O governo, juristas, diversas entidades nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Anistia Internacional, são contra o projeto. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, destaca que a aprovação da PEC pode abrir precedente para fragilizar a legislação brasileira voltada para a proteção de menores de 18 anos. Hoje, por exemplo, o crime de estupro tem como agravante o fato de ter sido cometido contra um menor de 18 anos. Também atualmente um jovem menor de 18 anos não pode consumir álcool ou dirigir.

Foto: Renan Silva

COM faixas, bandeiras e cartazes, os estudantes caminharam da Cinelândia à Lapa, onde a manifestação foi encerrada

Cortes no Orçamento afetam mais as mulheres

Foto: Divulgação

Maria Lucia Fattorelli foi convidada pelo Syriza, partido grego de esquerda que venceu as últimas eleições, para compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega com outros 30 especialistas internacionais. Em 2007, ela foi convidada pelo presidente do Equador, Rafael Correa, para ajudar na identificação e comprovação de diversas ilegalidades na dívida do país. O trabalho reduziu em 70% o estoque da dívida pública equatoriana.

De acordo com a auditora aposentada da Receita Federal e fundadora do movimento "Auditoria Cidadã da Dívida", Maria Lucia Fattorelli, apesar de sermos um dos países mais ricos do mundo – atualmente sétima maior economia do planeta –, o Brasil amarga inaceitáveis indicadores sociais, tais como: pior distribuição de renda do mundo; 79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos (IDH), segundo relatório divulgado pela ONU; penúltimo no ranking da Educação (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais); e 128º no ranking do crescimento econômico.

E, segundo Fattorelli, a injusta situação social do país afeta principalmente as mulheres, tendo em vista que o Brasil possui a quinta maior população mundial, e que as mulheres já são maioria, constituindo 51% da população nacional. A pobreza e a inexistência ou insuficiência de atendimento aos direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados – atingem fundamentalmente as mulheres. São elas as primeiras a serem demitidas e as mais sacrificadas quando faltam serviços essenciais.

"A luta por igualdade de oportunidade de acesso a postos de direção e políticos também tem sido árdua para as mulheres, embora ocupemos a maioria das vagas nas universidades brasileiras", acrescentou.

Políticas específicas

Ela pesquisou e constatou que, apesar de existirem políticas específicas de atendimento aos direitos das mulheres, a destinação de recursos pelo governo federal para implementação de ações tem caído nos últimos anos. "Uma queda de 20%, comparando-se os dados de 2013 e 2014 na destinação de recursos para as ações referentes a Políticas para Mulheres. A maioria das ações são referentes ao combate à violência doméstica devido às disposições da Lei Maria da Penha. Na prática, a lei tem se tornado inócua na maior parte do país devido à inexistência dos instrumentos essenciais à sua efetividade, especialmente as casas-abrigo e creches. Torna-se impossível para uma mulher vítima de violência doméstica denunciar seu agressor/companheiro e retornar para a mesma moradia junto com ele", informou.

Mas as atuais demandas dos movimentos de mulheres vão muito além dessa questão, apontou: "Exigimos justiça social, conforme direitos consagrados na Constituição Federal, e dignidade de vida para todas as pessoas. Temos razões de sobra para essas exigências; não só devido à previsão constitucional, mas também tendo em vista o fato de contribuirmos de forma decisiva para o financiamento de políticas públicas por meio da elevada carga tributária que recai sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres".

Segundo Fattorelli, "a dura realidade é que, apesar de sermos um dos países mais ricos do mundo e de arcarmos com pesada carga tributária, os direitos sociais previstos na Constituição Federal não têm sido devidamente proporcionados pelo Estado, penalizando de forma contundente as mulheres. Diversas razões históricas explicam esse inaceitável paradoxo, porém, nas últimas décadas, o principal responsável tem sido o Sistema da Dívida, que a cada ano absorve quantias exorbitantes para o pagamento de questionáveis obrigações financeiras vinculadas a dívidas que nunca foram auditadas.

> "A dívida pública é a principal responsável pelo não atendimento das necessidades urgentes do povo brasileiro. O valor destinado às Políticas para Mulheres em 2014 ficou 8.655 vezes menor que os R$ 978 bilhões gastos com juros e amortizações da questionável dívida pública federal. Orçamento Geral da União (executado em 2014) foi de R$ 2,168 trilhões"
>
> Maria Lucia Fattorelli

O país em 2015

"O orçamento federal proposto pelo Executivo para 2015 reserva R$ 1,356 trilhão para os gastos com a dívida pública, ou seja, 47% de tudo que o país vai arrecadar com tributos, privatizações e emissão de novos títulos, entre outras rendas.

"Este valor representa, por exemplo, 13 vezes os recursos para a saúde, 13 vezes os recursos previstos para a educação ou 54 vezes os recursos para o transporte.

"Esses dados denunciam a necessidade de maior envolvimento dos movimentos feministas no controle dos gastos públicos e no conhecimento do "Sistema da Dívida", uma engrenagem que absorve elevados montantes de recursos públicos de forma contínua, transferindo-os principalmente para o setor financeiro privado nacional e internacional.

"A dívida externa brasileira supera 549 bilhões de dólares e a dívida interna federal passa de 3,071 trilhões de reais. Há muito tempo o endividamento público deixou de ser um mecanismo de financiamento do Estado e passou a ser um veículo de subtração de elevados volumes de recursos orçamentários, e subtração de patrimônio pela imposição contínua de privatização de áreas estratégicas como petróleo, portos, aeroportos, estradas, energia, saúde, educação, comunicações, entre outros", afirmou a auditora

Razões para a auditoria

"Por isso lutamos pela auditoria dessa dívida, conforme previsto na Constituição de 1988 – violada há 26 anos – para apurar os inúmeros e graves indícios de ilegalidades, tais como: a aplicação de juros sobre juros (prática considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal); evidências de conflitos de interesses na definição das taxas de juros, face à influência direta de agentes do mercado financeiro; relevantes danos ao patrimônio público em sucessivas negociações da dívida externa e interna que nunca chegaram a ser auditadas; falta de transparência na publicação dos juros nominais efetivamente pagos; contabilização de grande parte dos juros nominais (despesa corrente) como se fossem amortizações (despesa de capital); violação dos direitos humanos e sociais, dentre muitos outros crimes já denunciados por comissões do Congresso Nacional, principalmente durante a CPI da Dívida Pública realizada em 2009 na Câmara Federal.

"Nossa participação institucional na CPI da Dívida no Brasil e na comissão de auditoria oficial da dívida do Equador foram as principais tarefas já desempenhadas pela Auditoria Cidadã da Dívida. O Equador conseguiu reduzir 70% da dívida externa em títulos, o que possibilitou triplicar os investimentos sociais. No Brasil, o efetivo resultado virá somente a partir de efetivo engajamento social. Os movimentos de mulheres têm importante papel a cumprir também nesta seara", concluiu.